



Resolução de Questões

Direito Financeiro

André Portella

ESAF

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
AUDITOR FISCAL

PFN 2006, 2007, 2012
AUDITOR FISCAL 2012

Outros

Estrutura Geral das Resoluções

Direito Financeiro: 24 questões

Estrutura dos Módulos

**Módulo I: Direito Financeiro e
Orçamento público (11 Q.)**

**Módulo II: Receita e Despesa
Pública (13 Q.)**

Módulo I: 11 Questões

- 1. Direito Financeiro, Orçamento Público e Princípios Orçamentários (05 questões)**
- 2. Leis Orçamentárias e Relatórios Financeiros (06 questões)**
 - 2.1. PPA. LDO. LOA (03 questões)**
 - 2.2. Ciclo Orçamentário e Processo Legislativo Orçamentário (02 questões)**
 - 2.3. Relatórios Financeiros (RREO e RGF) (01 questão)**

DIREITO FINANCEIRO, ORÇAMENTO PÚBLICO E PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

05 QUESTÕES

Direito Financeiro

*** É o ramo do Direito que trata das normas jurídicas relativas ao financiamento do Estado**

a) Estrutura financeira da Administração Pública direta, indireta e Fundacional

- Receita e Despesa Pública**

- Patrimônio e Dívida Pública**

b) Oçamento Público

c) Controle das Finanças

Direito Financeiro

*** Instrumentos legislativos fundamentais:**

- a) CF/88, especialmente arts. 163 a 169 (Capítulo “Das Finanças Públicas”)**
- b) Lei 4.320/64 – Regulamenta as Finanças Públicas (formalmente Ordinária, materialmente Complementar)**
- c) LC 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal**

Orçamento Público

- * **Perspectiva Financeira Clássica:**
 - “Orçamento Estático”
 - “Lei de Meios”
 - Mero inventário de recursos

Orçamento Público

* Perspectiva Financeira Moderna:

- “Orçamento Programa”
- Lei que determina os rumos financeiros do Estado
- Instrumento de planejamento de políticas públicas

Orçamento Público

- * Perspectiva Jurídica tripartite:**
 - a) Lei do Plano Plurianual (PPA)**
 - b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**
 - c) Lei Orçamentária Anual (LOA)**

Orçamento Público

*** Perspectiva Financeira tripartite**

- a) Orçamento Fiscal de todos os Poderes, órgãos, ou Fundos, bem como das empresas estatais dependentes**
- b) Orçamento da Seguridade Social de todos os Poderes, órgãos, e Fundos**
- c) Orçamento de investimento das empresas estatais independentes**

Orçamento Público

*** STF:**

- Lei formal**
- Natureza “autorizativa”**

Orçamento Público

*** Não há a figura do “Orçamento Nacional”**

Orçamento e escassez de recursos

* A eficácia do controle jurisdicional das políticas públicas frente à escassez de recursos financeiros: é possível o controle jurisdicional de políticas públicas, entretanto a eficácia da decisão ficará limitada à disponibilidade financeira do Estado (princípio da escassez, Reserva do Possível).

Orçamento e escassez de recursos

“... a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais... depende, em grande medida, de um inescapável vínculo financeiro subordinado às possibilidades orçamentárias do Estado, de tal modo que, comprovada, objetivamente, a incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal, desta não se poderá razoavelmente exigir, considerada a limitação material referida, a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política” (Informativo STF n. 345; ADPF 45 MC/DF)

ESAF – PFN 2012

41. Algumas decisões judiciais têm exercido o controle jurisdicional de políticas públicas, dentre as quais as relativas à saúde e à educação. A par da sua natureza jurisdicional, tais decisões, por vezes, acabam por interferir na programação e execução orçamentária em curso, o que exige sua submissão ao Direito Financeiro. Acerca do tema, assinale a opção correta.

a) Descabe a intervenção do judiciário nas políticas públicas, por atentar contra a separação dos Poderes.

b) A jurisdicionalização da política exige complexas avaliações técnicas – de ordem pedagógica, médica, administrativa, orçamentária e financeira –, o que inviabiliza o seu exercício ou a produção dos seus efeitos sem a prévia inclusão das despesas no orçamento do ano subsequente.

c) As decisões judiciais que interfiram na formulação e execução das políticas públicas devem ter caráter excepcional, mas podem ser obstadas pela invocação abstrata do princípio da reserva do possível.

d) É viável o controle judicial das políticas públicas relativas à educação e à saúde, mas não se poderá exigir a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política quando comprovada, objetivamente, a incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal.

e) O direito à saúde e à educação não são absolutos, razão pela qual a **validade** da decisão judicial dependerá das consequências macroeconômicas do pedido, de forma a preservar o regular planejamento orçamentário e o não comprometimento de outros programas sociais tão ou mais importantes para a população em geral.

Direito Financeiro

* Finanças Públicas e Sistema Financeiro Nacional

- Finanças Públicas: finanças do Estado

- Sistema Financeiro Nacional (regulado pela Lei 4.595/64, com *status* de LC): promover o desenvolvimento equilibrado do País e servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem (mercado financeiro, instituições financeiras públicas e privadas), abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

Sistema Financeiro Nacional

- **Constituição do SFN (Lei 4.595/64, Art. 1º):**
 - a) do Conselho Monetário Nacional;
 - b) do Banco Central da República do Brasil;
 - c) do Banco Central do Brasil;
 - d) do Banco do Brasil S. A.;
 - e) do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;
 - f) das demais instituições financeiras públicas e privadas.

Instituições Financeiras

- Instituições financeiras: que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros, inclusive, por equiparação, pessoas físicas que realizem tais atividades, de forma eventual ou permanente (Lei 4.595/64, Art. 17)
- Não fazem parte do Sistema Financeiro Nacional estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização
- Somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do BC, ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras (Lei 4.595/64, Art. 17).

ESAF – PFN 2012

48. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade,

a) deve ser regulado por lei complementar global, que disponha, inclusive, sobre autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização.

b) é regulado pela Lei n. 4.595, de 1964, criada sob a forma de lei ordinária, mas recebida pela Constituição de 1988 como lei complementar.

- c) não abrange as cooperativas de crédito.
- d) é dirigido pelo Banco Central do Brasil.
- e) é constituído por instituições financeiras públicas e privadas, que somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do Ministério da Fazenda.

ESAF – PFN 2007

35. Sobre o Sistema Financeiro Nacional, é correto afirmar:

a) o sistema financeiro nacional será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

b) compete ao Conselho Monetário Nacional julgar recursos contra decisões do Banco Central do Brasil, relativas à aplicação de penalidades por infrações à legislação cambial, de capitais estrangeiros e de crédito rural e industrial.

*** Lei 4.595/64, Art. 44, §5º: caberá recurso ao CMN apenas nos casos de penas de multa, suspensão do exercício de cargos, e inabilitação para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras;**

- Não caberá recurso das decisões de advertência;

- Cassação da autorização de funcionamento das instituições financeiras serão aplicadas pela CMN, por proposta do BC (Lei 4.595/64, Art. 44, §9º).

c) as infrações aos dispositivos da Lei n. 4.595, de 1964, sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, mas não os gerentes, às penalidades nela estabelecidas.

*** Lei 4.595/64, Art. 44. As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades...**

d) o Conselho Monetário Nacional é integrado pelo Ministro da Fazenda, pelo Presidente do Banco do Brasil S.A., pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e por 7 (sete) membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.

*** Composição atual do CMN:** a) Ministro da Fazenda (Presidente); b) Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; c) Presidente do Banco do Brasil.

e) a Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito da sua competência específica, não integra o sistema financeiro nacional.



Princípios Orçamentários

Legalidade	Anualidade
Unidade ou Harmonia	Precedência
Exclusividade	Não-vinculação da receita de imposto
Universalidade	Vedação ao Estorno de Verba
Orçamento-Bruto	Equilíbrio
Especificação	Transparência

Legalidade

*** Receita e despesa públicas devem estar estabelecidas em Lei (CF/88, art. 167, I, II, V)**

Legalidade

* Orçamento Público e instrumentos legislativos

a) CF/88: estrutura fundamental e princípios do Orçamento Público

b) LC: regras gerais sobre o Orçamento Público (Lei 4.320/64; LRF)

- Competência concorrente da União em matéria de Direito Financeiro (CF/88, art. 24, I)

c) Lei Ordinária: receita e despesa (PPA, LDO, LOA, leis dos créditos adicionais)

*** Créditos Adicionais:**

- a) Especiais: despesas não-previstas**
- b) Suplementares: despesas subdimensionadas**
- c) Extraordinários: despesas imprevisíveis**

Legalidade

*** Vedação ao início de programa ou projeto não previsto na LOA (CF/88, art. 167, I)**

*** Vedação à realização de despesa superior à orçada, ou previstas nas leis de créditos adicionais (suplementares ou adicionais) (CF/88, art. 167, II)**

* Exceção:

- Créditos Extraordinários: MP ou Decreto (CF/88, art. 167, §2º)

Exclusividade

- * Lei Orçamentária somente deve prever receita e fixar despesa (CF/88, art. 165, §8º)
- * Crítica de Rui Barbosa ao que chamava “Orçamentos Rabilongos”

Exclusividade

*** Exceções (CF/88, art. 165, §8º):**

a) Autorização para abertura de crédito suplementar

b) Autorização para contratação de operação de crédito

ESAF – PFN 2007

31. A respeito das finanças públicas, assinale a opção correta.

a) As disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

*** CF/88, art. 164, § 3º As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.**

b) Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de direito financeiro, podendo a Lei complementar autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas, para atender a suas peculiaridades.

*** Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

c) Pelo princípio da unidade orçamentária, todas as receitas e despesas devem ser previstas em documento único, ressalvados os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social, que serão previstos em documentos autônomos.

d) A competência da União para estabelecer limites à emissão de moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.

*** CF/88, art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central.**

e) O princípio da exclusividade da matéria orçamentária não impede que a lei orçamentária anual contenha autorização para contratação de operações de crédito.

ESAF – DNIT – ANALISTA 2013

Suponha que o DNIT pretenda abrir licitação com o objetivo de selecionar instituição financeira para prestação de serviços, com exclusividade, de pagamento da folha dos servidores e dos fornecedores, bem como de recebimento de tributos e preços públicos. Suponha, ainda, que o edital preveja que o DNIT movimentará conta corrente no banco vencedor do certame e que o pagamento dos servidores e dos fornecedores será precedido de saldo suficiente na citada conta corrente, por um período mínimo, para cobrir a respectiva despesa. Em relação ao tema, é correto afirmar:

* CF/88, Art. 164. § 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

- STF: Disponibilidade de caixa não se confunde com depósito bancário de salário, vencimento ou remuneração de servidor público, sendo certo que, enquanto a disponibilidade de caixa se traduz nos valores pecuniários de propriedade dos entes da federação, os aludidos depósitos constituem autênticos pagamentos de despesas, conforme previsto no art. 13 da Lei 4.320/64.

ESAF – DNIT – ANALISTA 2013

Suponha que o DNIT pretenda abrir licitação com o objetivo de selecionar instituição financeira para prestação de serviços, com exclusividade, de pagamento da folha dos servidores e dos fornecedores, bem como de recebimento de tributos e preços públicos. Suponha, ainda, que o edital preveja que o DNIT movimentará conta corrente no banco vencedor do certame e que o pagamento dos servidores e dos fornecedores será precedido de saldo suficiente na citada conta corrente, por um período mínimo, para cobrir a respectiva despesa. Em relação ao tema, é correto afirmar:

- a) o crédito da folha de pagamento em conta corrente dos servidores públicos em banco privado não ofende o princípio da unidade de tesouraria.
- b) as disponibilidades de caixa do DNIT podem ser recolhidas em conta corrente de instituições financeiras privadas, mediante licitação pública com ampla concorrência.
- c) somente banco oficial pode prestar o serviço de pagamento da folha dos servidores e fornecedores.

d) o produto da arrecadação das receitas do DNIT pode ser recolhido em instituição financeira não oficial, desde que a posição líquida dos recursos seja transferida para conta no Banco Central do Brasil, à ordem do Tesouro Nacional.

e) o DNIT poderá utilizar recursos provenientes de dotações orçamentárias da União, inclusive transferências, em suas aplicações no mercado financeiro perante o banco vencedor da licitação.

PLANO PLURIANUAL (PPA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

03 QUESTÕES

Leis Orçamentárias

- * Estrutura do Orçamento na perspectiva legislativa
 - a) Lei do Plano Plurianual – PPA
 - b) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO
 - c) Lei Orçamentária Anual – LOA

Plano Plurianual – PPA

- * Finalidade: fixar, de forma regionalizada, as Diretrizes, Objetivos e Metas do Governo
 - **D**iretrizes: orientações gerais, princípios
 - **O**bjektivos: resultados pretendidos
 - **M**etas: quantificação física e financeira

Plano Plurianual – PPA

* Conteúdo:

- Despesas de Capital
- Despesas Correntes, oriundas da Despesa de Capital
- Programas de duração continuada (mais de um Exercício Financeiro)

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

*** Finalidade (CF/88): estabelecer Metas e Prioridades, incluindo despesas de capital, para o Exercício posterior**

- Alterações na Legislação Tributária**
- Política de aplicação das Agências de Fomento**
- Autorização de vantagens ou aumentos de remuneração de servidores, criação de cargos e contratação (exceto no caso das Empresas Estatais)**

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

*** Finalidade (LRF): principal instrumento de planejamento**

- Dispor sobre equilíbrio de Receita e Despesa**
- Aprovar normas para controle e avaliação de Programas**
- Disciplinar as transferências**
- Definir o resultado primário, com vistas à redução da dívida**
- Estabelecer critérios para a limitação de empenho**
- Fixar a reserva de contingência**

Lei Orçamentária Anual – LOA

* Estrutura:

- OF – Orçamento Fiscal dos Entes, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais dependentes
- OI – Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais independentes
- OSS – Orçamento da Seguridade Social

ESAF – PFN 2006

31. A propósito do orçamento, e de acordo com o modelo constitucional brasileiro vigente, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá

a) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, de modo pormenorizado, com exceção de fundos para órgãos e entidades da administração indireta.

b) de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

c) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social, bem como das empresas que contêm com participação federal, embora a União não exerça direito de voto.

d) o orçamento da administração direta e indireta, sob responsabilidade da União, excluindo-se o orçamento da Seguridade Social.

e) sistema específico e pormenorizado para redução de desigualdades sociais, vedando-se, no entanto, a utilização de anistias e de remissões.

ESAF – PFN 2006

35. Em relação ao controle concentrado de constitucionalidade, a ser efetivado em relação à lei de diretrizes orçamentárias, o Supremo Tribunal Federal assentou que

[Não há disciplina legal para esta questão. Para o STF, a LDO tem objeto determinado e destinatários certos, portanto sem generalidade abstrata, sendo lei de efeitos concretos, o que faz com que não esteja sujeita à fiscalização jurisdicional no controle concentrado]

a) é possível, e até necessária, a fiscalização de constitucionalidade de lei orçamentária, de forma concentrada.

b) a matéria é de âmbito político, e segundo orientação que segue o modelo da Suprema Corte norte-americana, não se justifica fiscalização por parte do poder judiciário.

c) a questão é disciplinada integralmente pelo texto constitucional vigente, que outorga ao judiciário o controle direto, por via de ação, em relação a disposições de lei orçamentária que permitem ampliação de despesas, tão-somente.

d) a questão suscita lacuna no modelo constitucional vigente, e deste modo só admite controle abstrato de constitucionalidade ou eventual controle difuso, que o Supremo Tribunal evita implementar, nos termos de recorrentes decisões.

e) a lei de diretrizes orçamentárias, que tem objeto determinado e destinatários certos, assim sem generalidade abstrata, é lei de efeitos concretos, que não está sujeita à fiscalização jurisdicional no controle concentrado.

ESAF – MPOG – ANALISTA 2010

A respeito da programação qualitativa do orçamento, é correto afirmar:

*** Programação Qualitativa:** as programações orçamentárias estão organizadas em “programas de trabalho”, que contêm informações qualitativas e quantitativas, sejam físicas ou financeiras.

O programa de trabalho é composto, do ponto de vista operacional, dos seguintes blocos de informação:

- i. classificação por esfera orçamentária (qual Orçamento?);
- ii. classificação institucional (órgão, unidade – quem é responsável por fazer?);
- iii. classificação funcional (em que áreas de despesa a ação governamental será realizada? – saúde, agricultura, comunicação, etc.); e
- iv. estrutura programática (qual o tema da política pública?)

ESAF – MPOG – ANALISTA 2010

A respeito da programação qualitativa do orçamento, é correto afirmar:

- a) caracteriza-se pela classificação do orçamento, segundo a natureza econômica da despesa (corrente e capital).
- b) decorre do agrupamento dos recursos em unidades orçamentárias.
- c) é representada pela divisão do orçamento em fiscal e de seguridade social.

d) é caracterizada pela quantificação dos recursos dos programas e das naturezas da despesa.

e) é definida pelo Programa de Trabalho e composta por esfera, classificação institucional, classificação funcional e estrutura programática.

CICLO ORÇAMENTÁRIO E PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO

02 QUESTÕES

ESAF – PFN 2006

32. Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a propósito de emendas ao projeto de lei do orçamento anual, tem-se que o poder de propor as aludidas emendas, que se reveste de natureza eminentemente constitucional, qualifica-se como prerrogativa

- a) de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa.
- b) institucional vinculada, de modo que afeta tão somente ao executivo.

c) de ordem exclusiva, e conseqüentemente excluída da apreciação do judiciário.

d) de afinidade ideológica, exigindo relação de pertinência absoluta entre o modelo original, apresentado pelo legislativo, e o modelo de alteração, proposto pelo executivo.

e) de iniciativa exclusiva do legislativo, que afasta interferências e alterações promovidas pelo executivo.

STF: “O poder de emendar projetos de lei ...qualifica-se como prerrogativa de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa. Essa prerrogativa institucional... pode ser legitimamente exercida pelos membros do Legislativo, ainda que se cuide de proposições constitucionalmente sujeitas à cláusula de reserva de iniciativa, desde que ...as emendas parlamentares (a) não importem em aumento da despesa prevista no projeto de lei, (b) guardem afinidade lógica (relação de pertinência) com a proposição original e (c) tratando-se de projetos orçamentários, observem as restrições fixadas no art. 166, §§ 3º e 4º da Carta Política” [compatibilidade com o PPA, e indiquem a origem dos recursos]. (ADI 1.050, DJ de 23.04.04)

ESAF – PFN 2006

32. Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a propósito de emendas ao projeto de lei do orçamento anual, tem-se que o poder de propor as aludidas emendas, que se reveste de natureza eminentemente constitucional, qualifica-se como prerrogativa

a) de ordem político-jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa.

b) institucional vinculada, de modo que afeta tão somente ao executivo.

- c) de ordem exclusiva, e conseqüentemente excluída da apreciação do judiciário.
- d) de afinidade ideológica, exigindo relação de pertinência absoluta entre o modelo original, apresentado pelo legislativo, e o modelo de alteração, proposto pelo executivo.
- e) de iniciativa exclusiva do legislativo, que afasta interferências e alterações promovidas pelo executivo.

Lei Orçamentária Anual – LOA

* Vigência

- Duração: 1 ano
- Início: 1º de janeiro
- Término: 31.12

Lei Orçamentária Anual – LOA

*** Iniciativa: Executivo**

*** Prazo para envio da proposta ao Legislativo:
até 4 meses do término do Exercício anterior ao
do início da vigência (31 de agosto)**

Lei Orçamentária Anual – LOA

*** Prazo para devolução do Congresso para Sanção: até o encerramento da Sessão Legislativa (22 de dezembro)**

Lei Orçamentária Anual – LOA

Envio pelo Executivo	Devolução pelo Legislativo	Sanção do Executivo	Início da Vigência	Término da Vigência
*	*	*	*	*
Até 31.08	22.12	15 dias ou até 31.12	01.01	31.12

Lei Orçamentária Anual – LOA

* Estrutura:

- OF – Orçamento Fiscal dos Entes, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais dependentes
- OI – Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais independentes
- OSS – Orçamento da Seguridade Social

Processo Legislativo Orçamentário

* Observações gerais:

- O Executivo elabora o Orçamento, com base nas propostas parciais dos demais Poderes, MP e TC
- Mensagem Retificadora do Executivo: propõe alteração nos Projetos até o início da votação na Comissão Mista da parte a ser alterada

Processo Legislativo Orçamentário

* Observações gerais:

- O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Processo Legislativo Orçamentário

* Emendas:

- a) apresentadas em Comissão Mista Permanente Orçamento e Finanças, apreciadas em Plenário
- b) compatibilidade com o PPA e a LDO
- c) Indicação dos recursos necessários (anulação de outras despesas – dotações –, exceto as relativas a pessoal e seus encargos, serviço da dívida, e transferências tributárias constitucionais)
- d) correções e maior clareza

ESAF – MPOG – ANALISTA 2010

Assinale a opção falsa a respeito da Lei Orçamentária Anual de que trata o art. 165 da Constituição Federal.

- a) No âmbito do Congresso Nacional, é analisada por comissão mista, cuja atribuição é o exame de matérias de natureza orçamentária.
- b) O envio da proposta de lei ao Congresso Nacional é de competência do Presidente da República, para o orçamento do Poder Executivo, e dos chefes dos demais Poderes, para os seus respectivos orçamentos.**

c) Em obediência ao princípio orçamentário da exclusividade, não poderá conter matéria estranha ao orçamento.

d) O orçamento de investimento das empresas que a União detenha a maioria do capital votante integra a Lei Orçamentária Anual.

e) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

RELATÓRIOS FINANCEIROS (RREO e RGF)

01 QUESTÃO

Relatórios Financeiros

*** Documentos fundamentais à análise e controle da execução orçamentária e evolução financeira do Estado**

Relatórios Financeiros

* Relatórios em espécie

a) RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária

b) RGF – Relatório de Gestão Fiscal

- * **Competência: Executivo**
- * **Abrangência: todos os Poderes, MP e TC**
- * **Período e prazo: bimestral, em até trinta dias do final do bimestre**
 - **Municípios de até 50 mil hab.: semestral**
- * **Conteúdo: Balanço orçamentário, e demonstrativos de execução e resultados financeiros**

- * **Competência: Poderes, MP e TC**
- * **Período e prazo: quadrimestral, em até trinta dias do final do bimestre**
 - **Municípios de até 50 mil hab.: semestral**
- * **Conteúdo:**
 - **análise das despesas de pessoal, dívida e endividamento, à luz dos limites da LRF**
 - **Indicação das medidas corretivas**

Relatórios Financeiros

*** Sanções à não publicação no prazo**

a) Não recebimento de transferências voluntárias, exceto as destinadas à Educação, Saúde e Assistência Social

b) Não contratação de operação de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária

LRF, Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Eficácia suspensa - ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

ESAF – PFN 2012

45. O art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece: “Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias”. Nesse caso,

- a) o restabelecimento da receita prevista ensejará a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, de forma proporcional às reduções efetivadas, salvo se o restabelecimento for parcial.
- b) poderão ser objeto de limitação temporária as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
- c) na eventualidade de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, o Poder Executivo poderá limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

d) até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão mista permanente de Senadores e Deputados referida no § 10 do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

e) a Secretaria do Tesouro Nacional apresentará, no prazo legal, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

